

*Ata da 34ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 10 de agosto de 2017.*

Presidência do Senhor Deputado José de Arimatéia, ad hoc. À hora marcada, o Sr. Presidente e proponente da Sessão, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Especial em **comemoração ao aniversário de 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. A Mesa dos trabalhos foi composta pelos Srs.: Carlos Martins, Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, representando o Governador Rui Costa; Luiz Carlos, Vereador de Salvador; Waldemar Oliveira, Coordenador Executivo do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (Cedeca); Márcia Guedes, Coordenadora do Centro de Orientação e Apoio a Criança e Adolescente (Coaca) e do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim); Bruno Moura de Castro, Defensor Público e Titular da 2ª Defensoria Pública da Infância e Juventude; Maria Constança Galvão, representando a Secretária Tia Eron, da Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza; Iara Farias, Conselheira, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CECA); Marcos Vinícius Almeida Magalhães, Advogado e Professor de Direito Constitucional; Ana Virgínia Cavalcante Paim, Delegada Titular da Delegacia para o Adolescente Infrator (DAI); Raimundo Antônio Silva dos Santos, Presidente da Federação Investigativa dos Direitos Humanos (FIDH); Lucas dos Santos Oliveira, representando os Conselheiros Tutelares do Município de Santo Antônio de Jesus; Deise Lucia, Conselheira Tutelar do Município de Feira de Santana; Rogéria Santos, Vereadora de Salvador; Marcel Mariano, representando o Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia Salomão Resedá. Após a execução do Hino Nacional pelo grupo percussivo DM de Boa e a cantora Helena Oliveira, o Deputado José de Arimatéia ressaltou a importância do ECA, um marco na legislação de proteção à infância e à juventude, e disse que as ações devem ser contínuas para assegurar o cumprimento dos direitos conquistados. Listou uma série de ações e projetos nessa área, realizados no ano passado e este ano, trabalho consolidado pela Frente Parlamentar de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil, presidida por ele. Destacou o Programa Jovem Aprendiz e mencionou uma indicação de autoria dele, associada à emenda ao orçamento do Deputado Federal Márcio Marinho, que melhorou o aparelhamento dos Conselhos Tutelares dos Municípios de Itabuna, Ipiaú, Feira de Santana e Aurelino Leal. Lembrou que foi o autor da lei que fez do 25 de julho o Dia Estadual do Conselheiro Tutelar, “principais atores do sistema de garantia dos direitos e deveres da criança e do adolescente, pela perseverança e pelo amor dedicado ao que fazem, apesar de todas as dificuldades”. Concluiu apresentando um vídeo em homenagem aos conselheiros tutelares. Demonstrou insatisfação com a precariedade de muitos

Conselhos; comentou o desvio de equipamentos ocorridos no âmbito dos municípios e chamou a atenção dos prefeitos para a importância do trabalho realizado por estes órgãos. Encerrou sugerindo aos conselheiros que denunciem as irregularidades à Câmara de Vereadores e ao Ministério Público. O Sr. Marcos Vinícius Almeida Magalhães palestrou sobre o protagonismo juvenil no contexto do ECA. Lembrou que o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, ocorrido durante o processo de redemocratização do País, foi o responsável pela implantação do ECA. Apresentou sugestões para ampliar os direitos contidos no Estatuto, assegurando, de fato, os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes. Disse que o Brasil foi o primeiro país a ter uma legislação adequada à Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, a partir da Constituição Federal de 1988. Por fim, defendeu a união do poder público, da família e da sociedade como instrumentos construtores do futuro dos jovens. O Sr. Waldemar Oliveira ressaltou a importância desta Sessão, lamentando a ausência dos deputados. Elogiou a implantação do Estatuto, que assegurou os direitos das crianças e dos adolescentes, cobrando do Estado o efetivo cumprimento desses direitos. Parabenizou os conselheiros tutelares asseverando que os Conselhos só foram implantados nos Municípios da Bahia em razão da ação movida pelo Ministério Público e criticou as mazelas enfrentadas por esses órgãos. Finalizou assegurando que o momento é de desafio e luta pra cobrar dos governantes a efetiva implantação do Estatuto nas esferas federal, estadual e municipal. O Sr. Presidente anunciou a apresentação do Coral do Projeto Ilhas. A Sra. Ana Virgínia Cavalcante Paim alou sobre o trabalho da DAI, esclarecendo que atua respeitando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. O Vereador Luiz Carlos considerou o ECA um instrumento importante para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes. Elogiou as pessoas e instituições que atuam em prol dos jovens, mencionou algumas ações e movimentos que reforçam a importância do Estatuto e dos Conselhos Tutelares e sugeriu aos jovens que se mobilizem para reivindicarem os direitos deles. Encerrou colocando o mandato em defesa das crianças e dos adolescentes. O Sr. Presidente anunciou a apresentação do Grupo DM de Boa. A Sra. Márcia Guedes informou que participou, pela manhã, da abertura da Feira de Aprendizagem Profissional, que promove a inserção dos jovens no mercado de trabalho, e elogiou o Projeto Vira Vida, do Sesi. Defendeu o fortalecimento do ECA através do apoio do poder público e lamentou que ainda existam municípios sem implantar as estruturas previstas no Estatuto. Disse que o Ministério Público está com o Projeto Infância em Primeiro Lugar, para garantir a estruturação dos Conselhos Tutelares, e pediu aos conselheiros que atuem para assegurar o cumprimento da lei. A Sra. Iara Farias relatou o trabalho do CECA e ressaltou a importância de fortalecer este órgão e os Conselhos Tutelares. Defendeu a uniformização da legislação e a melhoria das condições de trabalho dos conselheiros tutelares. Demonstrou apreensão com possíveis retrocessos e enfatizou a necessidade de atuação articulada entre os diversos órgãos que integram o sistema de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes. O Sr. Bruno Moura de Castro reconheceu que o ECA rompeu um paradigma que existia no antigo Código de Menores e avaliou que

ainda faltam políticas públicas para a implementação do Estatuto. Abordou a situação precária do sistema socioeducacional da Bahia e disse que a Defensoria Pública instaurou um procedimento para tratar do assunto, visando buscar soluções para os problemas existentes. Concluiu dizendo aos jovens presentes que eles são os protagonistas do ECA e devem mobilizar-se para conquistar os direitos previstos no Estatuto. O Sr. Presidente anunciou a apresentação do grupo musical do Instituto Pedro Barbosa. A Sra. Maria Constança Galvão considerou que ainda há muito a fazer para cumprir o ECA. Defendeu a participação do Estado e das famílias no desenvolvimento dos jovens e abordou o problema da violência física e sexual contra esse segmento da sociedade, citando estrofes de uma poesia de Lauro Souza. O Sr. Carlos Martins elogiou os avanços positivos nos 27 anos de implantação do ECA, destacando o fim do Código de Menores e a implantação de políticas públicas de amparo a crianças e adolescentes. Saudou os conselheiros tutelares, as delegacias especializadas e os projetos educativos e culturais destinados aos jovens. Abordou o sistema socioeducativo, a política de encarceramento e lamentou a proposta de um setor da sociedade pela redução da maioridade penal. A Vereadora Rogéria Santos considerou o ECA uma legislação perfeita, contudo avaliou que o poder público precisa fazer valer efetivamente o direito da criança e do adolescente. Elogiou os projetos e grupos que se unem em prol da defesa dos direitos dos jovens e mencionou a visita que realizou à Comunidade de Atendimento Socioeducativo (Case), abordando o problema da superlotação. A Sra. Deise Lucia elogiou o ECA e demonstrou satisfação em atuar como conselheira tutelar, assegurando que a categoria tem grande responsabilidade em fazer valer os direitos contidos no Estatuto. Ponderou que deveria haver algum espaço no ECA que garantisse os direitos dos conselheiros e que as autoridades ouvissem os pleitos da categoria. O Deputado Zé Neto informou que participou do Encontro de Gestores da Educação e tratou da precariedade de recursos para implementar políticas públicas a fim de amparar os jovens. Defendeu que o turno livre de crianças e adolescentes seja ocupado por atividades esportivas, artísticas ou para aprender um ofício. Após a apresentação do grupo Força Jovem Universal, o Sr. Presidente, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a presença de todos, convidando-os a participar do coquetel, e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –